

Aula 3

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

META

Discutir aspectos constituintes da Revolução Industrial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
conceituar revolução industrial;
reconhecer os fatores que proporcionaram a primazia inglesa na industrialização;
caracterizar as fases da revolução industrial em que as transformações econômicas se processam de forma desigual e combinadas.

PRÉ-REQUISITOS

Ter estudado e assimilado o conteúdo da aula “A gênese do pensamento liberal”.

Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo

INTRODUÇÃO

Caro aluno ou querida aluna, vamos iniciar esta aula analisando o texto abaixo:

Na rua, o povo ia passando...
Madrugada. Tudo escuro ainda. Bandos e bandos de raparigas, falando alto, desciam a Estrada Nova. Dos recantos e vielas que ali desembocavam, de momento a momento, surgiam vultos apressados. Todo o bairro de S. Antonio parecia levantado, a correr para o trabalho.

Os outros arrabaldes também davam grandes levas. Do Apicum, Aribé, do Saco, de mais longe, vinham operários.

A parte sul da cidade, para os lados do Carro Quebrado e Fundição, fornecia numerosos contingentes.

Ainda embrulhada nas sombras da noite, Aracaju ia despertando, ao ruído dos grupos que passavam, palradores.

(...) O vento fustigava-lhes o rosto: a chuva fria arrepiava-lhes a epiderme. E, no entanto, marchavam, marchavam sem parar...

Iam em busca do pão. Um negro pão, que, a troco de trabalho, lhes forneciam as Fábricas de Tecidos.

Elas estavam lá, acaçapadas e enormes. Eram duas: a da Companhia Sergipana de Fiação, que o povo cognominava a Sergipana, e a Têxtil do Norte, apelidada simplesmente de Têxtil. Todos os dias, os seus grandes portões, escancarados, tragavam para mais de milhares de operários.

(...) Homens entroncados, sujos de pó, chegavam às caldeiras da Têxtil, empurrando vagonetes de lenha. Lavados de suor, os foguistas não descansavam, jogando grandes toros em meio às labaredas. Todas as máquinas da Fabrica se moviam, num ensurdecedor.

No vasto salão, onde trezentos e setenta teares se alinhavam (...).

A larga correia de uma transmissão, que fazia funcionar todo um grupo de teares, alcançou um rapazelho de quinze anos pelo braço, atraíra-o para a roda, suspendera-o no ar, e arremessara-o violentamente sobre a parede que a pequena distancia se encontrava. Quando o corpo veio dar no chão, estava já sem vida, o crânio extensamente fraturado. (...)

Alguns minutos após as máquinas de novo trabalharam ... (FONTES, Amando, 1988, 18/97/98)

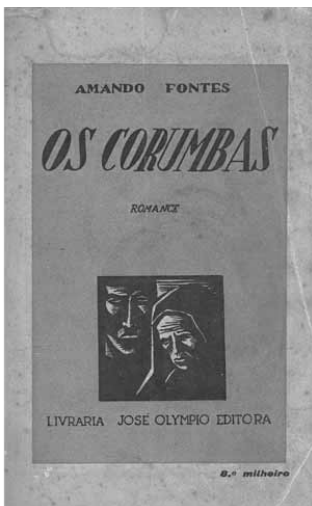


Figura 2 - Capa do livro Os Corumbas, de Amando Fontes - 1935 (Fonte: <http://www.sebodomestias.com.br>).

O romancista sergipano Amando Fontes, em Os Corumbas, retrata aspectos da industrialização em Sergipe, através de uma ficção que conta a saga da família Corumba, fazendo lembrar cenário da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no século XVIII, tema da aula de hoje.

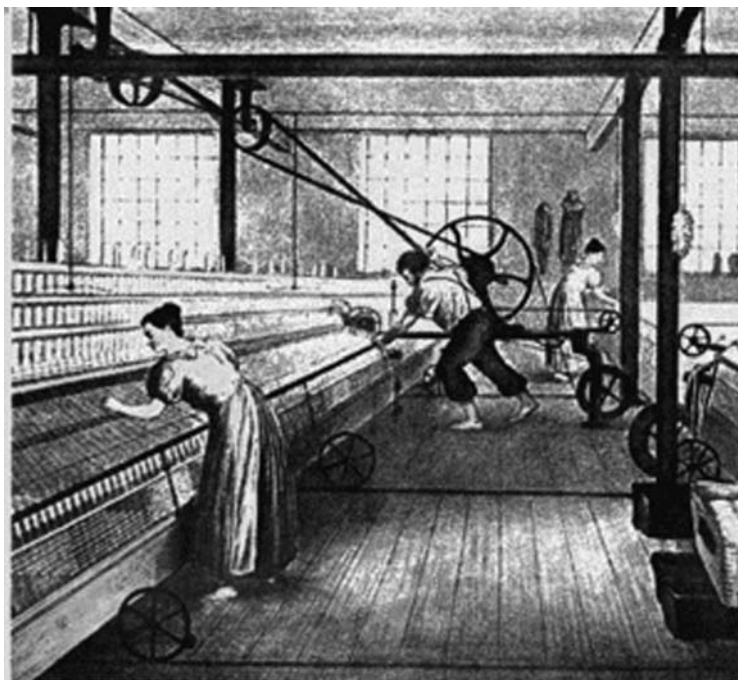


Figura 3 - Interior de uma fábrica durante a Revolução Industrial
(Fonte: <http://www.coljxxiii.com.br>).

REVOLUÇÃO

A superação das contradições que geraram a crise econômico no século XVII liberou as forças que prepararam as condições conjunturais para a ocorrência da Revolução Industrial na Inglaterra, no final do século XVIII, e que, durante o século XIX, se espalhou, de forma desigual e combinada, pela Europa e os outros continentes.

A Revolução Industrial consistiu nas transformações intensas e profundas do processo de produção que ficaram explicitadas pela substituição da energia humana pela energia motriz não humana (como hidráulica, eólica, e, principalmente, a vapor), pela superação da oficina artesanal (doméstica, manufatura) pela fábrica (maquinofatura) e pela consolidação da existência de duas classes sociais: a burguesia (proprietária e exploradora dos meios de produção) e os trabalhadores juridicamente livres (vendedores de sua força de trabalho).

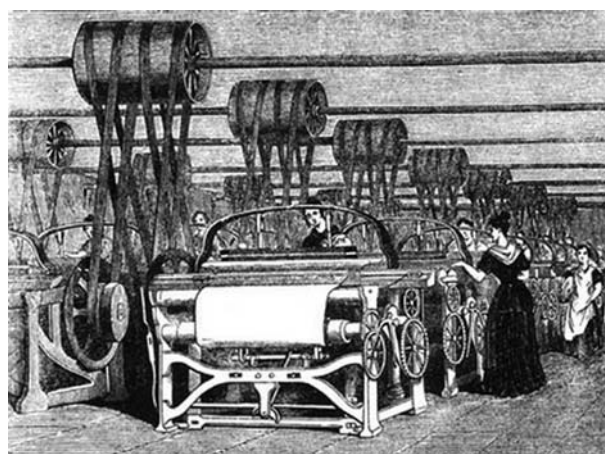


Figura 4 - Panorama de uma indústria têxtil inglesa séc. XVII
(Fonte: <http://primeira-serie.blogspot.com>).

Pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida e constante, e até o presente ilimitado, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a “partida para o crescimento auto-sustentável” (...) (HOBSBAWM, 1977, p. 44).

Não existe uma homogeneidade na historiografia sobre a periodização da Revolução Industrial e o decorrente processo de industrialização mundial. Alguns historiadores adotam a divisão do processo em dois, três ou quatro etapas. Para facilitar a didática do curso utilizaremos a classificação realizada pelo professor José Jobson de A. Arruda:

- a) o ocorrido entre 1760 a 1850, geograficamente limitado à Inglaterra, caracterizado pela produção dos bens de consumo, centrado na produção têxtil e movido a energia a vapor;
- b) a segunda, periodicamente localizada entre os anos de 1850 a 1900, teve como características principais a de ter se expandido pela Europa (França, Bélgica, Alemanha, Itália e Rússia), Estados Unidos da América, algumas regiões da América Latina, da Ásia (Japão) e África. Também, na segunda fase da Revolução Industrial se distingue o uso da energia hidroelétrica e de derivados fósseis (petróleo), a diminuição das distâncias entre os pontos comerciais em decorrência a invenção da locomotiva e do barco a vapor.
- c) a terceira, de 1900 a 1980, foi marcada pela formação das multinacionais, automatização do processo produtivo, a produção em série, o avanço da indústria química, eletrônica, comunicação e do uso do robô.
- d) quarta etapa refere-se às transformações ocorridas após 1980, identificadas através do uso intensivo da informática que prova o aligeiramento e intensificação da produção e da circulação de mercadoria.

Maurício Dobb, refletindo sobre a revolução industrial, chama a atenção para as periodizações construídas sobre a industrialização, pois, geralmente, elas trazem em si o risco de centralizar a Revolução Industrial nas transformações mecânicas realizados na estrutura de produção, deixando de relacioná-la com as transformações sociais, políticas e ideológicas que estão umbilicalmente ligadas a ela (revolução industrial) (DOBB, 1981).

Como já foi anunciado anteriormente, a formação social inglesa constituiu, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, as condições necessárias à ocorrência da Revolução Industrial, pois antecipou, em relação aos outros países europeus, a acumulação primitiva de capital (meios de produção, comércio e finanças) nas mãos de poucos, fundamental para o pesado investimento necessário para incrementar a montagem da fábrica e a colocação de força de trabalho livre (expropriado dos instrumentos e meios de produção) para ser submetido à exploração em troca do salário (relembrar aula anterior).

Além desses dois fatores fundamentais juntaram-se outros como a

Ver glossário no final da Aula

unificação e formação do Estado Nacional, que, com a derrubada dos reis absolutistas e ascensão política da burguesia ao poder, a partir das revoluções ocorridas no século XVII, o Estado inglês passou a adotar políticas que favoreceram o domínio do mercado internacional e a intensificação das transformações na estrutura agrária via edição dos “Decretos Anexos” (Enclosure Acts), que vigorou de 1760 a 1830 (HOBSBAWM, 1977), ampliando o movimento de cercamento e conseqüentemente a expulsão do camponês em direção à cidade, aumentando a disponibilidade de força de trabalho à disposição dos proprietários capitalistas. Além de possibilitar o uso da terra com a finalidade de atender às demandas do mercado.

A ação política estatal inglesa dirigida para a agropecuária, além de desbaratar a propriedade feudal contribuiu para a introdução de novas técnicas de produção, possibilitando ao setor atender às necessidades de uma economia de base industrial (em formação), fornecendo alimento em quantidade para uma população “não agrícola” que crescia rapidamente, fornecendo excedente que seria utilizado na indústria, proporcionando acumulação de capital.

Além dessas contribuições, o Estado atuou fortemente na construção de portos, no equipamento de frota, na construção de estradas e no dever “sagrado” de defender a propriedade privada dos meios de produção, fundamento central do modo de produção em formação, o capitalismo.

O envolvimento entre o político (Estado) e a economia em fase de industrialização deu-se tão fortemente que faz jus aos comentários proferidos pelo historiador Eric Hobsbawm, que chamou a atenção para o engate entre política e lucro, afirmando que naquela época “o dinheiro não só falava mas governava” (HOBSBAWM, 1977, p. 47).

A primazia da Inglaterra também atingiu o setor de transformação. As oficinas artesanais perderam a concorrência para as fábricas que incorporaram novos instrumentos, novas técnicas, nova disciplina de trabalho (impõe ao trabalhador o lugar, o tempo e a forma de trabalhar) e a força motriz da produção deixou de ser humana (manufatura) para, inicialmente, ser extraída do vento (eólica) e da força da água (hidráulica) - não confundir com as usinas hidroelétricas de hoje - e depois a vapor. A força motriz continuou sendo renovada e ampliada incorporando novas fontes, como a baseada nos combustíveis fósseis, energia atômica e biorenovável (cana de açúcar, mamona entre outras).

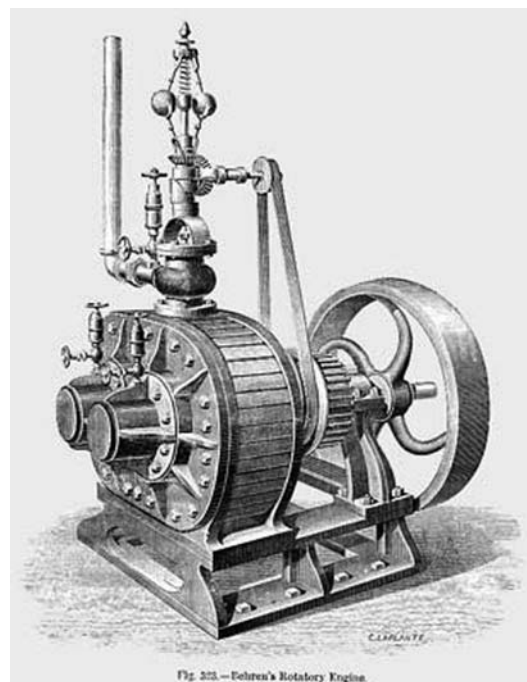


Figura 5 - Gerador a vapor
(Fonte: <http://www.vivercidades.org.br>).

A invenção de máquina para fazer o trabalho do homem era uma história antiga, muito antiga. Mas como a associação da máquina à força a vapor ocorreu uma modificação importante no método de produção. O aparecimento da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala. Era possível ter fábricas sem máquinas, mas não era possível ter máquinas a vapor sem fábricas (HUBERMAN, 1981, p. 184).

As fábricas criaram um mundo produtivo em que o trabalhador perdia todo o seu controle sobre o processo produtivo ao tempo que sucumbia à determinação do proprietário do capital. Processo que transformou em um “trabalhador assalariado livre”, alienado, pois o trabalho se apresenta distante e indiferente da sua vida real, fruto da apropriação do produto de seu trabalho pelo capitalista.

Além de ser expropriado do produto final de seu trabalho, o trabalhador se torna sujeito às normas de produção impostas pelo capital.

A entrada dos operários, a refeição deles e a saída ocorrem ao som do sino. No interior da fábrica, cada um tem seu lugar marcado, a tarefa estreitamente delimitada e sempre a mesma; todos devem trabalhar regularmente e sem parar, sob o olhar do contra-mestre que o força à obediência mediante a ameaça da multa ou da demissão, por vezes até mesmo mediante uma coação mais brutal (Paul Mantaux citado por BEAUD, 1981, p. 108).

A intensa industrialização da Inglaterra contou também com a contribuição de fatores naturais existentes no reino britânico: como as reservas de ferro e de carvão, o que contribuiu para o desenvolvimento da siderurgia, setor fundamental para produção de máquinas e outros instrumentos de produção em uma era de industrialização.

Porém, a existência dos fatores colocados anteriormente, não motivaria “a multiplicação rápida e constante” do processo produtivo inglês, pois eles não possibilitariam a reprodução ampliada de capital. Lacuna que foi preenchida pela ocorrência de um fator externo que abrisse as possibilidades de garantir o consumo dos produtos fabricados e permitisse alto acúmulo de capital. Essa condição foi criada com a expansão e controle do mercado mundial pela Inglaterra que forçaram os proprietários de oficinas a introduzir modificações no processo de produção, incorporando técnica e instrumentos de produção novos.

A intensiva e agressiva política britânica, objetivando o controle dos mares, permitiu a exploração do mercado triangular operado pela Inglaterra com as suas colônias, no século XVIII, através dos portos de Bristol, Glasgow e Liverpool, principalmente o ligado à indústria algodoeira e ao tráfico de escravos, garantiu acúmulo de capitais à burguesia inglesa, elemento necessário para financiar as transformações do setor produtivo.

A importância do mercado mundial foi exemplar, pois: “... a revolução industrial pode ser descrita, com exceção dos primeiros anos da década de 1780, como a vitória do mercado exportador sobre o doméstico: por volta de 1814, a Grã-Bretanha exportava cerca de quatro jardas de tecido de algodão para cada três usadas internamente, e, por volta de 1850, treze para cada oito” (HOBSBAWM, 1977, p. 51).

O mercado mundial impulsionou e assegurou a primazia da Revolução Industrial na Inglaterra.

Motivado pelo lucro que poderia advir do crescente mercado consumidor, o proprietário capitalista procurou criar as condições para produzir com menos custos e melhor qualidade (significa menor tempo na produção, menor gasto na sua realização e, logo, menor salário) fato que permitiria enfrentar a concorrência no mercado mundial, que, no caso inglês, seria a disputa comercial com o produto têxtil manufaturado asiático (Índia). Essa possibilidade de lucros libera as forças humanas da criatividade, que fica estampada pelas invenções de técnicas e maquinários que resolveriam os problemas enfrentados pela ampliação da produtividade.

A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia em acenso um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação, e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

A antiga organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos.



Figura 6 - Mapa cartográfico da América no séc. XVII (Fonte: <http://upload.wikimedia.org>).

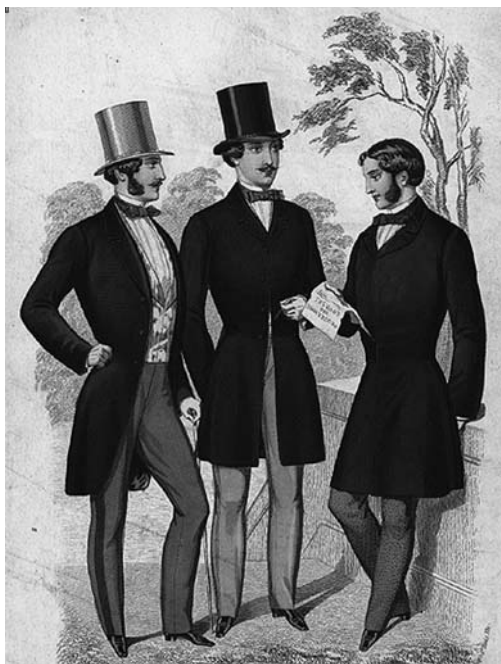


Figura 7 - Homens urbanos durante a Revolução Inglesa
(Fonte: <http://oglobo.globo.com>).

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média.

As fábricas criadas no final do século XVIII, e tempo posterior, não obedeciam aos trâmites das regulamentações corporativas artesanais medievais que impediam a introdução de novidades, possibilitando ao proprietário capitalista se colocar livre para impor a jornada de trabalho, valor da força de trabalho e a forma da produção. A liberdade abriu espaço para a introdução de inovações técnicas e de instrumentos.

Para atender o crescimento intensivo e extensivo do mercado mundial e superar a sua concorrência, os proprietários capitalistas ingleses iniciaram um processo de mecanização e de subordinação da força de trabalho ao capital, que permitia a extração da mais-valia, ao explorar a força de trabalho além da necessidade de sua reprodução (Mais-valia significa o valor do trabalho não pago ao trabalhador, isto é, exploração do sobre-trabalho, parte que é abocanhado pelo capitalista) (SANDRONI, 1994).

O processo de substituição da manufatura pela maquinofatura durou um longo tempo. Na indústria têxtil, teve seu início com a incorporação ao processo produtivo da invenção do tecelão Jonh Kay (1733), “a lançadeira volante”, que foi adaptada ao tear manual e dobrava a produtividade.

Essa inovação impingiu a necessidade de superar as condições do tear tradicional limitado pelas condições físicas do trabalhador, pois só conseguia fiar um tecido no tamanho dos seus braços. Esse embaraço foi superado com a invenção da máquina de fiar (Spinning-jenny), pelo artesão James Hargreaves (1765/67), permitindo a fiação de mais de 80 fios de uma vez, o que multiplicava o tamanho do tecido. Mas, os fios eram finos e frágeis, quebrando constantemente e prejudicando o ritmo da produção, transtorno que foi superado com a invenção de Richard Arkwright, a Waterframe, que produzia fios grossos, resistente, porém inferiores em qualidade aos fios utilizados pela indústria têxtil indiana.

A desvantagem no produto têxtil inglês foi superada com as invenções

de S Samuel Crompton (1779) ao combinar o funcionamento das máquinas Spinning-jenny com a Waterframe formado a “Mule”, produtora de finos e resistentes fios de algodão. Porém, a produção continuava limitada pelo domínio do trabalho humano no processo de produção de têxteis, situação que foi superada pela invenção do tear mecânico por Edmond Cartwright (1785), que usava como força motriz a energia hidráulica (rodas movidas a água). Essa força motriz, contudo, limitava o uso da máquina em virtude de depender da existência de uma corrente de água. Dependência que foi superada com o aperfeiçoamento da “máquina a vapor” inventada por Newcomen (século XVII) e adaptada ao tear por James Watt (1764).

A essência da transformação estava na mudança do caráter da produção que, em geral, associava-se à utilização de máquinas movidas por energia não animal. Marx afirmou que a transformação crucial foi, na verdade, a adaptação de uma ferramenta, antes empunhada pela mão humana, a um mecanismo: a partir daquele momento, “a máquina toma o lugar de mero implemento”, sem levar em consideração “se a força motriz vem do homem ou de outra máquina”. O importante é que “um mecanismo, depois de acionado, executa com suas ferramentas as operações antes executadas pelo trabalhador com ferramentas semelhantes. Ao mesmo tempo, Marx mostra que “a máquina individual conserva um caráter anão enquanto for trabalhada apenas pela força do homem”, e que “sistema algum de máquina poderia ser adequadamente desenvolvida antes que a máquina a vapor tomasse o lugar da força motriz anterior (DOBB, 1981, p. 185-192).

O desenvolvimento da industrialização não ocorreu de forma homogênea entre os setores da produção, mas sim, de forma desigual tanto no interior da fábrica como na relação entre elas.

A introdução de novos instrumentos e técnicas no processo de produção indicava a tendência da substituição da força de trabalho (trabalho vivo) pelas máquinas (trabalho morto) que dominaria as futuras revoluções industriais e se consolidaria como uma das características do modo de produção capitalista, em que as transformações técnicas e a introdução de tecnologia passaram a ser consideradas como algo normal.

O processo de maquinização do processo produtivo implicou e implica na maior especialização da força de trabalho e conseqüente processo de ampliação da divisão técnica do trabalho na medida em que cada trabalhador passou a executar uma atividade no processo de produção. Na época inicial da industrialização a divisão técnica do trabalho se caracterizou pela separação do trabalho intelectual (exercido pelo proprietário capitalista que assumiu as tarefas de elaboração e organização da produção) do trabalho manual (realizado pelo trabalhador direto). A divisão técnica do trabalho



Figura 8 - Trem a vapor (Fonte: <http://img.olhares.com>).

foi responsável pelo aumento da produtividade no processo de produção e pela ampliação da alienação do trabalhador diante desse processo, ao mesmo tempo em que contribuía para fragmentar a organização dos trabalhadores e rebaixar o valor da força de trabalho.

A divisão técnica do trabalho é um componente da divisão social do trabalho que se entende por:

distribuição de tarefas entre os indivíduos ou agrupamento sociais, de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedade. A divisão do trabalho ocorre em relação às tarefas econômicas, políticas e culturais (SANDRONI, 1994).

No processo de industrialização a divisão social do trabalho aflorou de forma intensa com o aprofundamento da separação entre o processo produtivo realizado no campo e o realizado nos centros urbanos. A separação entre o campo e a cidade.

Com a ampliação do mercado mundial a divisão social do trabalho tomou uma feição internacional na medida em que determinadas regiões assumiram uma posição específica no processo de acumulação. Por exemplo, países periféricos, como o Brasil, que se especializou em produzir produtos agrícolas (açúcar, fumo, café) e ser consumidor de industrializados da Europa, especialmente da Inglaterra. À medida que os processos de industrialização e mercantilização se ampliavam, o modo de produção capitalista tornava-se hegemônico mundialmente. Processo que resultou na instituição de uma divisão internacional do trabalho desigual e hierarquizada.

A Revolução Industrial não se limitou à transformação técnica, dos instrumentos e do regime de produção, pois ela operou mudanças sociais sem precedentes na história da humanidade. As transformações sociais, para muitos estudiosos da Revolução Industrial, como Karl Marx, Maurice Dobb, Michel Beaud e Eric Hobsbawm, foram as mais sérias conseqüências da Revolução Industrial, na medida em que transformaram o modo de vida da maioria da população do mundo.

Mas, as transformações sociais ligadas à Revolução Industrial nem sempre foram em direção de melhoria das condições de vida da maioria das populações. Pois as melhorias nas condições de vida operadas pela Revolução Industrial ficaram concentradas nas mãos de poucos, em especial dos grandes proprietários, comerciantes e setores pequenos da classe média. Enquanto a maioria da população arrancada do modo de vida pretérita passou a sobreviver em condições de miséria.



Figura 9 - Trabalho infantil na Inglaterra durante a Revolução Industrial (Fonte: <http://arquivoetc.blogspot.com>).

O quadro social da Inglaterra, durante a Revolução Industrial (final do século XVIII e início do século XIX), apresentava-se com uma forte tendência concentração da população nos centros urbanos, fato que foi consolidado à medida que se desenvolvia o processo de industrialização durante todo o século XIX. A cidade passou a receber a maioria da população expropriada dos meios de produção que, na luta pela sobrevivência, submetia-se (constrangida ou não) aos interesses dos capitalistas, a levar uma vida em meio à fome, epidemias, ratos, etc. As cidades industriais se estruturavam especialmente refletindo a desigualdade social, pois parte dela estava reservada aos beneficiários da Revolução Industrial e outra destinada aos trabalhadores ativos e trabalhadores desempregados

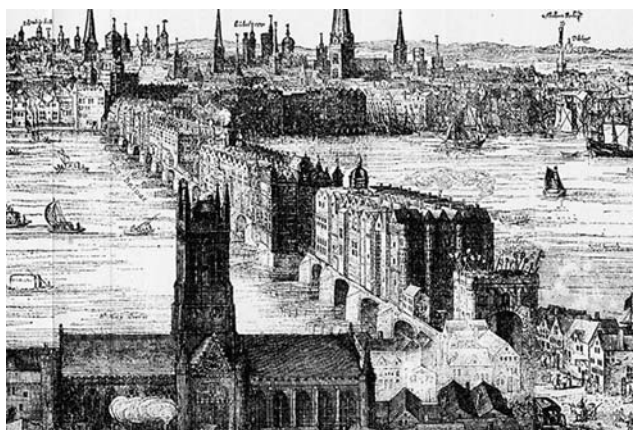


Figura 10 - London Bridge no século XVII (Fonte: <http://rezboa.blogspot.com>).

A exploração da força de trabalho era chocante. Homens, mulheres e crianças (de até 6 anos de idade) realizavam, em condições desumanas, uma jornada de trabalho de até 18 horas. Essa situação permitia aos proprietários capitalistas impor ao trabalhador a execução e a extração do sobretabalho (horas trabalhadas além das necessidades de reprodução da força de trabalho), o que permitia a acumulação do lucro, que em parte era reinvestido no setor produtivo, com o único e principal objetivo de valorizar o capital. Essa situação social demonstrava que “tudo corria para o rico” (HOBSBAWM, 1977).

A situação de miséria em que viviam os trabalhadores durante o processo de industrialização motivou o surgimento de movimentos contestadores. No primeiro momento, na Inglaterra, os trabalhadores revoltados agem contra as máquinas, destruindo-as, pois, para eles, as máquinas, eram responsáveis pela substituição da força de trabalho humana, causa do desemprego e da desvalorização dos salários. O movimento “de quebra máquina” ficou conhecido como “ludita ou luddismo” (1811), por ser liderado pelo trabalhador Ned Luddam. Os lundistas foram violentamente reprimidos através da condenação à morte ou à extradição.

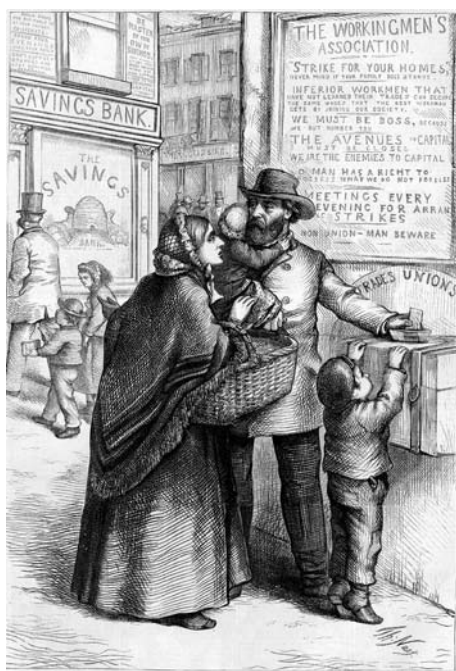


Figura 11 - Gravura representando a classe operária pobre inglesa do século XVII (Fonte: <http://docshistoria11-cr-esmaia.blogspot.com>).

À medida que a Revolução Industrial se ampliava e estabelecia as relações de produção capitalista, as contradições entre o capital e o trabalho acirravam-se empurrando os trabalhadores para organização que resultou na criação de associações. No início elas tinham o caráter de “ajuda mútua”, de prática assistencialista. Depois criaram associações mais politizadas e centralizadas: os sindicatos e partidos políticos.

A forte pressão da classe trabalhadora diante da exploração e da opressão capitalista fez crescer a luta pelo direito à organização dos trabalhadores e ao voto universal (lembrar que a democracia liberal instituía o voto censitário, isto é, o voto era direito de alguns cidadãos escolhidos por sua renda ou formação, a exemplo da I Constituição Brasileira, que ficou conhecida como a “Constituição da mandioca”). Na Inglaterra, o Parlamento, em 1824, aprovou o direito à livre organização dos trabalhadores e posteriormente os trabalhadores, através do movimento denominado “cartismo”, conquistou o direito ao voto, porém limitado ao voto masculino. As mulheres conquistariam o direito ao voto entre os séculos XIX e XX. (Cartismo

- nome derivado da Carta ao Povo que estabelecia uma série de reivindicações, entre elas o direito ao voto e mudanças nas condições de trabalho. O movimento cartista teve seu auge durante a década que vai do ano de 1838 a 1848).

A efervescência revolucionária movida pela radicalização das revoltas dos trabalhadores na Inglaterra e no restante da Europa, na primeira metade do século XIX, levou Karl Marx a iniciar seu texto, encomendado pela Liga dos Justos (depois Liga dos Comunistas), O Manifesto do Partido Comunista, como a afirmação de que o inimigo da burguesia rondava a Europa, fazendo tremer a burguesia. “Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa se uniram em uma santa campanha difamatória contra ele: o papa e o czar, Metternich e Guizot,

radicais franceses e policiais alemães” (MARX; ENGELS. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998, p. 7).

Mas, a previsão do perigo revolucionário não era percebida apenas por Karl Marx, mas também os defensores do mundo burguês, como: Thiers, Morny e Begeud comunicaram ao rei francês Napoleão III, que o verdadeiro inimigo da França não eram os russos ou austríacos, mais sim os socialistas.



ATIVIDADES

Definir revolução industrial.

Indicar as condições favoráveis à ocorrência da Revolução Industrial inglesa. Comentar os objetivos que induziriam a introdução de maquinarias e técnicas no processo de produção.

Relacionar Revolução Industrial e mercado mundial.

Relacionar pensamento liberal e revolução industrial.

Relacionar revolução industrial e capitalismo.

Identifique as conseqüências da Revolução Industrial.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A Revolução Industrial não se limitou às transformações técnicas, dos instrumentos e do regime de produção, pois ela repercutiu na estrutura social modificando-a de uma forma sem precedentes na história. Ela criou as condições para a instituição hegemônica do modo de produção capitalista mundialmente.



AUTO-AVALIAÇÃO

Avalio que no final do curso serei capaz de explicar a importância da Revolução Industrial para a instituição do modo de produção mercantil capitalista.

CONCLUSÃO

A Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra no final do século XVIII e no início do século XIX, consolidou a separação do trabalhador dos instrumentos e meios de produção, possibilitando colocar-se “livremente” no mercado como vendedor do único bem de sua propriedade – a sua força de trabalho –, ao mesmo tempo em que contribuiu para consolidar a propriedade dos meios e instrumentos de produção, do comércio e das finanças na mão de um reduzido número de indivíduos – a burguesia. Essa situação veio a impor uma vida miserável aos trabalhadores, que reagiram organizando-se em sociedades reivindicadoras de conquistas políticas e sociais. Como também, motivou a formulação teórico/ideológica, crítica e revolucionária diante ao capitalismo. A luta pelos seus interesses políticos e sociais juntamente com as formulações teórico/ideológicas contribuíram para o amadurecimento do movimento operário diante da luta contra a classe dominante na sociedade capitalista.

A Revolução Industrial ampliou a divisão social do trabalho e a estruturou mundialmente de forma desigual e hierarquizada, criando as condições para o “ilimitado” crescimento do mercado nas condições capitalistas. Em outras palavras, a Revolução Industrial, através das transformações na economia, na sociedade, na política e na ideologia, contribuiu para que na história da humanidade, pela primeira vez, existisse um modo de produção hegemônico mundialmente, o modo de produção capitalista, em que o mercado é a relação primordial que se estabeleceu entre os indivíduos e a natureza, entre indivíduos e indivíduos, e entre as nações. Assunto que aprofundaremos na nossa próxima aula.



RESUMO

A Revolução Industrial intensificou o uso da máquina movida a força motriz não humana, processo que consolida estruturas sociais e econômicas baseadas na divisão entre trabalhadores assalariados e burguesia, como também o aprofundamento da divisão social do trabalho, que se apresenta de imediato através da separação entre a cidade e o campo, tornando a cidade o centro das atividades econômicas e da população, em sua maioria formada por trabalhadores despojados e vendedores de força de trabalho que vagavam em profundas condições de pobreza. A miséria a que foram submetidos os trabalhadores motivou a ocorrência de rebeliões, a criação de organizações trabalhistas e a formulação de teorias e ideologias críticas à sociedade burguesa.

REFERÊNCIAS

- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BEAUD, Michel. História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- DOBB, Maurice. A evolução do Capitalismo. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Ed. Global, 1986.
- HOBBSAWM, Eric J. Sobre História. São Paulo: Ed. Companhia Das Letras, 1998.
- . As origens da Revolução Industrial. São Paulo: Global Editora, 1979.
- . A crise geral da economia européia no século XVII. In: SANTIAGO, Theo. Do Feudalismo ao Capitalismo – uma discussão histórica. São Paulo: Ed. Contexto, 1988.
- . A era das Revoluções – 1789/1848. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MARX, Karl. O Capital: crítica à Economia Política. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.
- OHLWEILER, Otto Alcides. Materialismo Histórico e crise contemporânea. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. 2 ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.
- SINGER, Paul. O que é Economia. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.
- SWEEZY, Paul e outros. A transição do Feudalismo para o Capitalismo. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GLÓSSARIO



Maurício Dobb: Economista marxista inglês (1900-1976) autor de uma clássica obra de análise do desenvolvimento do capitalismo, *A Evolução do Capitalismo*, publicada em 1946.